

O ATO DE LER NUMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL: APROXIMAÇÕES ENTRE SCHOPENHAUER E PAULO FREIRE

THE ACT OF READING IN A POST- COLONIAL PERSPECTIVE: APPROACHES BETWEEN SCHOPENHAUER AND PAULO FREIRE

Izan Rodrigues de Souza Fortunato **1**
Ivys de Alcântara Silva **2**

Resumo: Neste breve artigo faremos uma pequena interlocução entre dois pensadores de contextos histórico-sociais bastante distintos que, no entanto, apresentam grandes afinidades no que tange à questão da leitura crítica. O pano de fundo desta investigação sobre o ato de ler é a compreensão de que, no intertexto residem não apenas ideologias, discursos e narrativas, como também um tipo de controle que rege todos esses elementos, sob a forma de um colonialismo, lido e reproduzido no texto de modo consciente e, na maioria das vezes, de modo inconsciente. Uma das principais perguntas que fazemos aos autores neste ensaio é o de “que caminhos podemos seguir para não se ler um texto ingenuamente?”. Ressalta-se que, além da importância de uma leitura atenta às possíveis ideologias e colonialidades contidas num texto, uma das principais inferências que colhemos de ambos autores, reside no fato de que o ato de ler não se refere apenas à leitura da palavra, das letras e signos, mas também da “leitura de mundo”, como diria Freire, ou da “leitura do livro do mundo”, como diria Schopenhauer.
Palavras-chave: Leitura; pós-colonial; Paulo Freire; Schopenhauer.

Abstract: In this brief article we will make a small interlocution between two thinkers of quite distinct historical-social contexts who, however, have great affinities in their “critical reading” understandings. The background of this research about the act of reading is the understanding that in the inter-text reside not only ideologies, discourses and narratives, but also a type of control that governs all these elements, in the form of a colonialism, read and reproduced in the text consciously and, most of the time, unconsciously. One of the main questions we ask the authors in this essay is “What paths can we follow if we do not read a text naively?” In addition to the importance of a careful reading of the possible ideologies and colonialities contained in a text, one of the main inferences that we have drawn from both authors is that the act of reading refers not only to the reading of the word, letters and signs, but also “reading the world,” as Freire would say, or “reading the book of the world,” as Schopenhauer would say.
Keywords: Reading; post-colonial; Paulo Freire; Schopenhauer.

Mestre em educação (PPGED/UFPA), com especializações em **1**
Filosofia da Educação (UFPA) e História contemporânea (FIBRA), graduação
em História (UVA). Tem experiência na Educação Básica de escolas públicas e
privadas em Belém. E-mail: cauiyuan@gmail.com

Doutorando em educação (PPGED/UFPA), Mestre em Educação **2**
(PPGED/UFPA), com especialização em Filosofia da Educação (UFPA), e
graduações em Filosofia (UFPA) e Ciências da Religião (UEPA). Professor Classe
III de Filosofia (Seduc-PA). E-mail: ivys.alcantara@gmail.com

Apresentação: Contextualizando a Perspectiva Pós-Colonial

Neste breve ensaio, tomamos como ponto de partida, o cotejamento entre dois pensadores de épocas e contextos político-sociais evidentemente díspares, mas que, a despeito de todas as diferenças que os separam, nos dão, ambos, uma perspectiva similar em relação ao ato ler. Todos os elementos que estas perspectivas nos concedem fornecem material para pensarmos o ato da leitura de textos pautado no cuidado interpretativo e na cautela com as ideologias e, mormente, colonialidades que um texto pode apresentar a nós.

No intuito de compreender as indicações deixadas por Schopenhauer e Paulo Freire acerca do ato de ler, pensando ainda em uma perspectiva crítica e estreme de colonialidades, dividimos este texto em quatro partes, onde, nesta parte inicial contextualizaremos as linhas gerais da proposta; numa segunda parte veremos de modo sucinto alguns aspectos importantes do ato de ler, segundo Schopenhauer; em seguida, numa terceira parte apresentaremos as principais contribuições de Paulo Freire a respeito do ato de ler; e, por fim, nas Considerações finais, faremos uma síntese dialógica entre os autores, pensando em aspectos similares a respeito de uma leitura crítica e atenta aos discursos coloniais.

É necessário frisar inicialmente as delimitações desta perspectiva pós-colonial a que fazemos referência na temática deste pequeno ensaio. Assim, ao pensarmos numa leitura crítica, tentamos nos perguntar inicialmente a respeito do que pode conter um texto, isto é, além de todas as ideologias, narrativas e pré-conceitos, o que mais um texto pode conter? Aqui se insere a importância da perspectiva pós-colonial, pois que, mesmo que me seja possível identificar um discurso deletério e preconceituoso, sem a compreensão de possíveis discursos colonizadores que subjazem o texto, ainda estamos passíveis de recair em interpretações e/ou leituras acríticas.

Com efeito, outro cuidado importante ao recorrer à matriz pós-colonial está na variedade de linhas que tratam do tema da colonialidade, diferindo em definições, terminologias e nuances interpretativas, pois que temos o pós-colonialismo, a pós-colonialidade, o descolonialismo, a descolonialidade, o decolonialismo e a decolonialidade. Em nosso texto utilizaremos a expressão pós-colonialidade, considerando que trataremos da colonialidade não como período ou marco histórico, mas como uma prática que subjaz às relações humanas e que formou nosso aparato intelectual, diferença muito bem explicitada por Aníbal Quijano (2009) em uma nota de rodapé inicial contida no artigo *Colonialidade do Poder e Classificação Social*:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. (p.73)

Com efeito, compreenderemos aqui a pós-colonialidade como a tentativa inicial de, por meio de uma leitura mais crítica e atenta, perceber os padrões de poder e “superioridade” impostos às consciências dos colonizados, padrões que, inevitavelmente, carregam consigo ideologias dominantes, discursos e narrativas, bem como inúmeros preconceitos embutidos.

Ainda sobre a compreensão de pós-colonialidade devemos fazer outra importante ressalva para o decurso do texto, a respeito agora da participação anacrônica de Schopenhauer. Temos plena ciência que o pensamento de Schopenhauer, gestado ao longo do século XIX, não faz parte dos estudos culturais que geraram a matriz pós-colonial, contudo, não podemos esquecer o fato de que, como a colonialidade é uma prática que subjaz a ação humana, o sentimento e a necessidade de refrear esta prática é, do mesmo modo atemporal. A participação e importância do pensador alemão aqui neste debate residem justamente em mostrar que tal prática deletéria, mesmo que ligada a um determinado período histórico (colonialismo) é uma prática inerentemente humana que, independente da época, ao ser percebida deve ser denunciada de alguma forma. Portanto,

Arthur Schopenhauer, como filósofo marginal e pensador fronteiriço, já denunciava aspectos do colonialismo presentes em sua própria formação, contrapondo as noções de patriotismo e nacionalismo exacerbado, bem como a noção dos alemães como povo originário (*Urvolk*) (BARBOZA, 1997, p.20), noção que deslanchou em feitos terríveis na História desta nação. Outra demonstração de sua reflexão para além do circuito de pensamento europeu, Schopenhauer toma como ponto de referência filosófica não apenas o eixo ocidental, mas também as filosofias orientais, sobretudo os livros Vedas sagrados do hinduísmo, Upanixades, fatos testemunhados não só por sua biografia, mas pela obra deixada pelo filósofo e só reconhecida em importância ao final de sua vida (BARBOZA, 1997, p.22).

Quanto a Paulo Freire, em relação ao pós-colonialismo, recorreremos aos estudos de MOTA NETO (2013) que, de modo organizado e preciso apresenta a concepção pós-colonial na obra e pensamento do intelectual Brasileiro, relatando inicialmente que Freire nunca usou o termo pós-colonial, esclarecendo, todavia, que,

Estando ciente de que o “pós-colonial” não foi um termo usado no universo de sua obra, apostamos na tese de que a concepção pós-colonial, *avant la lettre*, sempre esteve lá presente, obviamente com nuances distintas, em função do contexto histórico plural em que escreveu seus livros (populismo no Brasil; ditadura militar; exílio na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa; assessoramento a programas educacionais em países africanos em processo de descolonização; retorno ao Brasil em fase de redemocratização) (p.29).

Mota Neto deixa claro com isso que, mesmo Freire ainda estando em atividade intelectual à época da efervescência dos primeiros estudos pós-coloniais, em toda sua obra o termo específico não ocorre como conceito definido, mas como percepção de um movimento inerentemente humano, percepção advinda por meio da convivência e conhecimento de aspectos não apenas de sua cultura, mas de diferentes culturas e concepções que lhe podiam fornecer pontos de comparação, tal como ocorre em Schopenhauer, habilitando-nos, assim, a recorrer a ambos autores tomando como ponto de apoio importante a leitura a interpretação pós-colonial.

O Ato de Ler no Filósofo Arthur Schopenhauer

Imagine-se a seguinte imagem, sugerida por Schopenhauer (2009, p.127): Em uma folha de papel, um professor escreve letras do alfabeto e pequenas palavras de poucas sílabas à lápis e entrega ao estudante que, ainda em processo de aprendizagem e alfabetização, cobre as letras com caneta, a fim de gradativamente assimilar as formas das letras e o modo de escrever. Indo mais além na imagem sugerida por Schopenhauer, diríamos que, à medida em que o estudante exercita cada vez mais esta faculdade, mais se torna livre a escrever por si próprio e apto a prescindir das linhas do professor.

Agora, invertendo a alegoria sugerida e transpondo-a ao ato de ler, o filósofo explica que quem lê um texto é como o aluno que está apenas cobrindo os traços de outrem, pois que, quando lemos, sobretudo quando lemos ingenuamente, “outra pessoa pensa por nós: apenas repetimos seu processo mental” (SCHOPENHAUER, 2009, p.127). Se no ato da leitura, não introduzirmos nossos próprios pensamentos e reflexões, perdemos a autonomia da leitura e nossa cabeça se torna, segundo o filósofo, “apenas uma arena de pensamentos alheios”.

Tal autonomia intelectual aliada ao espírito filosófico da busca franca pelo saber desinteressado e autêntico deve ser a pré-condição para granjear a singularidade intelectual inarredável, no que diz respeito ao ato de ler um texto. Com efeito, esta reflexão suscitada por Schopenhauer acerca do ato da escrita e da leitura original e autêntica tem como objetivo conceder um aparato inviolável ao espírito, este último entendido aqui como movimento integral do ser humano. O refletir será, doravante, o aparato fundamental ao ato de suspeitar, arguir e, sobretudo, de não se deixar assenhorear-enredar, pelos artifícios de uma sedução enganosa da linguagem, da palavra, isto é, signos viciados que o texto apresenta no seu bojo semântico, no seu discurso

de fundo, que comportam ideias já carregadas, sejam de cunho ideológico, político, ou de outra ordem sócio-cultural, em que subjaz em suas entrelinhas certa intenção colonial de representação do texto-mundo.

Outrossim, para que o ato de ler, no prisma educativo de autonomia intelectual e crítica, não seja uma modalidade, um subproduto, ou um mero híbrido intelectual do autor que produziu e teceu o texto, a leitura deve primar pelo que Schopenhauer chama de exercício “ruminador do espírito” (SCHOPENHAUER, 2009, p.128), exercício entendido como ócio criativo e transgressor que possibilita dar à luz a seu próprio pensamento-entendimento. O ato de ruminar os pensamentos na leitura nos possibilita idas e vindas das ideias contidas nos textos, permitindo uma melhor capacidade de digestão das ideias alheias e, conseqüentemente, de um melhor preparo para a triagem que pensamentos e concepções cunhados de colonialidades e ideologias que, em uma mastigação rápida e apressada do texto, passaria facilmente e imediatamente seria absorvida por nosso organismo intelectual. A respeito do impacto de possíveis ideologias e ideias alheias ao leitor contidas no ato da leitura, Schopenhauer (2009, p. 40) adverte que:

A leitura impõe ao espírito pensamentos que, em relação ao direcionamento e à disposição dele naquele momento, são tão estranhos e heterogêneos quanto é o selo em relação ao lacre sobre o qual imprime sua marca. Desse modo, o espírito sofre uma imposição completa do exterior para pensar naquele instante, uma coisa ou outra, isto é, para pensar determinados assuntos aos quais ele não tinha na verdade nenhuma propensão ou disposição.

Todavia, sabe-se que para firmar esse propósito assinalado por Arthur Schopenhauer, de ler e pensar por si próprio o conteúdo lido, a condição básica desse exercício educativo de autonomia intelectual consiste em esquadrihar, auscultar, a força ideológica cognitiva que está velada, na opacidade do texto. Uma recepção reflexiva do texto, nunca deve olvidar o fato de que toda e qualquer leitura deverá ser combinada e, mesmo, contraposta com nossas próprias ideias, visto que “quando alguém pensa por si mesmo, segue seu mais próprio impulso, tal como está determinado no momento, seja pelo ambiente que o cerca, seja por alguma lembrança próxima” (SCHOPENHAUER, 2009, p.40). Este exercício de postura crítica ante o texto, deve ser conduzido no sentido de realizar o contra-movimento pós-colonial propiciado por meio do exercício “ruminador do espírito”, buscando a autonomia intelectual com a principal chave de leitura, saindo da atmosfera comum de uma leitura viciada, pueril e trivial, assentada tão somente no que pré-dispõe a techedura do texto que se lê.

Nesse processo de leitura, o leitor que se lança nessa trama delicada, laboriosa, tem que demandar do tempo necessário, para que o ato de ler bem, seja digerido com propensão saudável, cumprindo a contento o sentido da metáfora do corpo-estômago empregada por Schopenhauer, e que neste seu processo de digestão o leitor ruminador possa medrar os frutos oriundos do exercício educativo de autonomia intelectual. O qual passa a ser o fio condutor referencial implicativo. Com efeito, para que a leitura não seja prejudicada na apreensão de grande parte do que foi lido, deve-se de antemão atentar, ao que propõe a emblemática admoestação schopenhaueriana, a qual indica a relevante “dieta do espírito”, para não sobrecarregá-lo com muitas leituras as quais podem comprometer o processo “digestivo de maturação” intelectual do pensamento-entendimento, podendo desse modo, ser abortado por leituras em demasia ou leituras enfadonhas e deveras apressadas, suprimindo sua plasticidade de ação vital, em seu exercício de autonomia intelectual.

Esse tipo de leitura, demasiada mecânica e forçosa, não leva em consideração que o ato de ler se assemelha ao processo digestivo do corpo humano, necessário para manter a saúde física e mental do indivíduo. Pois todo alimento que é digerido e processado pelo corpo sofre uma ação química-metabólica-fisiológica, e tem seu tempo próprio, para transformar-se em potencial de energias vitais, as quais são imprescindíveis ao desenvolvimento salutar do corpo humano em sua integralidade, assim se dá com o ato da leitura, tal como aponta Schopenhauer (2009, p. 128), comparando :

Em todo caso, com o alimento espiritual ocorre a mesma coisa

que com o corporal: só a quinquagésima parte do que alguém absorve é assimilada, o resto se perde pela transpiração, respiração e, assim por diante.

Justamente, é aí que está imbricado o ponto nevrálgico da questão, para se instaurar a prática de leitura equilibrada, dosada pelo ato educativo de autonomia intelectual, o qual postula dimensionar através do exercício do espírito a crítica necessária do que se deve ler, e o que pode ser postergado *a priori*. Denota-se assim, que o ato de ler tem o devido tempo para maturar em metanóia intelectual, para que o mesmo não resulte num diletantismo intelectual estéril.

A diatribe indicativa filosófica schopenhaueriana, em sua filologia crítica, como arte de ler bem um texto sem falseá-lo, é incisiva quanto à queda no filisteísmo e da usurpação do conhecimento, o qual pode servilmente se diluir nos artifícios arditos da linguagem, signos, palavras do autor que produziu o texto. Reitera-se que, logo que o “olhar incauto” do leitor apressado, deixa-se conduzir, seduzir pela armadilha lógica da linguagem e signos que estão na superfície do texto, sem ousar fazer o movimento inverso argutivo-reflexivo de crítica e autocrítica, para seguir outra direção de entendimento, buscando sua própria autenticidade de autonomia intelectual, concomitantemente, longe do movimento crítico, o leitor reproduzirá a idiossincrasia do autor que produziu o texto que se lê, legitimando dessa forma a improbidade intelectual, em que o ato de leitura degenerará em pastiche intelectual.

O que motiva o ato de ler bem um texto, na assertiva schopenhaueriana, não é o ler muitos livros, de modo apressado, mas o ruminar, a paciência e a capacidade do espírito e do entendimento para manter o fluxo do pensamento em sintonia com sua órbita de autenticidade, de autonomia intelectual. Ressalta-se que o discernimento, é essencial, na empreitada da leitura, para não se ler de modo demasiado, separando o que pode ser lido pelo filtro da arte de se ler bem o texto, sem provocar uma indigestão e, conseqüentemente, uma sobrecarga ao espírito, excesso que é deveras prejudicial ao seu potencial de maturação.

Desse modo, é importante manter o equilíbrio do pensamento-entendimento em seu exercício educativo de autonomia intelectual, para não se imiscuir nos pensamentos do autor que se lê, caracterizando uma leitura caricatural e meramente reprodutiva. Já que a leitura exacerbada, sem o devido tempo para “sazonar” os frutos do pensamento-entendimento em seu sentido amplo, torna-os lassos, superficiais, sem a leveza do fluir do pensamento, imobilizando o exercício do espírito, o qual pode se perder nos emaranhados pântanos desordenados das muitas leituras, que implicará em má digestão intelectual. Uma vez que o ato de ler, pode se tornar desagradável, enfadonho, sem o prazer que é ingrediente fundamental como tempero para produzir efeitos tonificantes no ato de ler.

No entanto, sabe-se que nem toda leitura propicia prazer, há aquelas que são obrigatórias, de certo enfadonhas ao espírito, como é de costume em algumas instâncias sociais. Mas é aí que a capacidade educativa de autonomia intelectual do leitor atento, cioso, pode transformá-las em ato de leitura proveitoso, prazeroso, deixando antever que a leitura é um desafio, uma “arte de ourivesaria” (SCHOPENHAUER, 2009, p. 130), que requer a paciência, a lentidão, para ser ler bem um texto, sem deformá-lo, podendo-se, contudo, ir além do que está estruturado pelas palavras, linguagem do autor.

Diante do que foi exposto sobre o ato de ler, acutelados nas ponderações críticas filosóficas schopenhauerianas, é tarefa fundamental prevenir o leitor incauto de modo enfático, quanto a leitura apressada e mecânica de um texto, para que a mesma não degenere em improbidade intelectual ou, mesmo, no filisteísmo como mero verniz cultural ou mero acúmulo de erudição, atitude denunciada posteriormente por Nietzsche, inspirada, obviamente, na imagem caricata do erudito cunhada por Schopenhauer (NIETZSCHE, 2014, p.74§8).

Trata-se, no entanto, mais precisamente de saber cultivar um estilo próprio no *modus* de ler, para que o pensamento-entendimento em seu movimento vital, percuciente, não sofra uma refração inversa à sua autonomia intelectual no seu vir-a-ser, deixando-se esgotar nos signos, palavras, linguagem que compõe e dão sentido ao texto que se ler. De modo que fica explícito como princípio condutor, para efetivar o ato de ler bem um texto, a dimensão fluída e autêntica de autonomia intelectual, e não a representação coercitiva da “razão gulosa”, que tudo quer absorver das muitas leituras, traduzindo o ato de ler numa fatídica compulsão exacerbada, sem o peso

da qualidade da leitura diligente, propiciadora da digestão sadia no ato de se ler bem um texto. Seguindo a trilha lançada por Schopenhauer, Nietzsche (2014, p. 79) afirma de modo contundente que:

É na interioridade que repousa então a sensação, igual à cobra que engoliu coelhos inteiros e em seguida, quieta e serena, se deita ao sol e evita todos os movimentos, além dos mais necessários. O processo interno: tal é agora a coisa mesma, tal é propriamente “a cultura”. Todo aquele que passa por ali tem um único desejo- que uma tal cultura não morra de indigestão.

Vê-se, portanto, neste breve excerto, o procedimento de ruminação indicado por Schopenhauer, retomado agora por Nietzsche, em que o tempo de digestão das ideias deve ser respeitado para uma boa assimilação do organismo intelectual. Procedimento que, sendo uma das bases da construção da formação cultural humana, pode ser transposto à construção de um leitor crítico e organicamente saudável.

Entretanto, o ato de ler traz à luz a trama relacional entre o texto e o extra-texto, enfatiza-se que a história tem seu papel importante, até porque quem tece um texto não é um ser supra-histórico, mas o sujeito social, que está no fluxo dos acontecimentos sociais, políticos, ideológicos e culturais, situado num determinado contexto histórico social. Assim também, o texto não está fora de seu contexto, o qual não apresenta de imediato ao olhar imprudente e apressado seu sentido, daí reitera-se que a paciência, e a devida exegese são ingredientes essenciais para a construção de uma leitura que não deforme o texto que se lê, a qual caracteriza a arte de ler bem um texto. Por conseguinte, pode expressar em sua inteligibilidade uma leitura bem contextualizada sem contudo ser subjetivista em cujo o teor textual pode ficar subsumido. Este trabalho de exegese exige agora do leitor, uma pitada de interpretação filológica do texto, não como um trabalho filológico especializado, rigoroso, mas como uma capacidade interpretativa do texto que permita compreender seus contextos e os elementos histórico-sociais que o compõe, mas, sobretudo, lidar com diversas e possíveis interpretações do texto sem deturpá-lo com interpretações forçadas ou absurdas, tal como assinala Silva Junior (2014, p. 25) em seu artigo *Nietzsche, entre a arte de ler bem e seus leitores*:

Por ter uma função bem distinta da *Interpretation*, a filologia pode manter no seu trabalho de deciframento a pressuposição dos fatos ou, se quisermos, o aspecto da coisa em si, sem nenhum risco de flertar com a metafísica, pois os fatos, tendo sido já devidamente falseados, apresentam-se agora como sendo os únicos “fatos” (na verdade, falsos fatos) existentes para o trabalho filológico. Cabe à filologia simplesmente interpretá-los, ou seja, lê-los com a probidade devida para apontar a adequadas correções às interpretações (*Intrepretationen*). E aqui está o papel fundamental da filologia: decifrar para separar as interpretações boas das ruins, as interpretações afirmativas do mundo das interpretações de cunho metafísico.

É importante mencionarmos que esse trabalhado filosófico-filológico mencionado por Silva Júnior, se estende não só à leitura do texto tipográfico, mas do chamado texto-mundo (SILVA JUNIOR, 2014, p. 24-26), isto é, este trabalho filológico sugerido por Nietzsche deve ir além para além do texto e auxiliar na leitura e interpretação da própria vida (NUNES, 2016, p.311), coadunando assim com as propostas de seu precursor Schopenhauer e de Paulo Freire.

Assim sendo, a leitura ruminativa como ato de ler bem um texto, na ótica schopenhaueriana, se caracteriza pela maturação da autonomia intelectual do pensamento-entendimento no sentido de não ser uma mera reprodução do autor que produz o texto, deixando evidente uma leitura de caráter caricato e mecanicamente fortuita que representa uma má representação do que seja a arte filológica, a qual deve estar inter-relacionada ao pensar filosófico e histórico no que tange a boa leitura de um texto.

O Ato de Ler no Educador Paulo Freire

A proposta freireana, ao que concerne a leitura numa perspectiva educativa de autonomia intelectual crítica, tem como fio condutor subverter e ir além da mera decodificação de um texto, ou mais precisamente de suas palavras, linguagem que já estão sob uma diretriz epistemológica, implicando em certa posição ideológica, política, cultural e social, por conseguinte envolve e expressa uma tendência lógica de segmento. O ato de ler, na esteira freireana, tem como pano de fundo a insurgência contra a leitura convencional, ingênua, superficial, que se fixa na superfície do texto, sem descer, perfurar suas camadas mais fundas e densas, indo além, sobretudo, das marcações colonizadoras que um texto pode conter. Devido a isso o ato de ler na perspectiva freireana deve intervir para depurar o texto que se lê, aprofundando, desmontando-o em seus pormenores, justamente para lhe conferir, uma outra conotação de leitura-releitura, tendo como intuito transcendê-lo, sem se perder nos fetiches da linguagem-signos, buscando sempre a autonomia educativa intelectual crítica, como conquista de independência no que se refere ao ato de ler, ou mais precisamente em seu trabalho de parto-gênese.

Freire (2011, p. 19) afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela”.

Deste modo, fica explícito na ótica crítica freireana, que a leitura como ato educativo de autonomia intelectual tem como apanágio converter o texto dado, para transcendê-lo conferindo-lhe um novo sentido de ressignificação e direção. Para tanto, toda e qualquer fixidez ao texto já prenuncia a morte ou engessamento do pensamento-entendimento em seu exercício intelectual-volitivo-racional, o qual caracteriza uma leitura dogmática, fundamentalista e mecânica, expressando certa subserviência intelectual, ou um fideísmo narcísico ao texto, que habitualmente se lê sem realizar uma inflexão necessária, a qual consiste em atualizá-lo por uma releitura de perspectiva diferencial, decorrente da proibidade intelectual no ato de ler. Quanto a esta relação entre o texto dado e sua ressignificação, Cavalcanti (2005, p. 67) alerta-nos que:

Os homens habitam-se às palavras e denominações, desenvolvendo, pouco a pouco o hábito de associar o significado ou o conteúdo da palavra com sua sonoridade, como se houvesse uma relação da linguagem com a natureza das coisas. Não apenas o hábito, mas também a imaginação produzem, a partir de associações, a crença em uma adequação entre palavra e coisa.

Entretanto, como vimos já em Schopenhauer, ressalta-se que é necessário nos precavermos quanto a leitura apressada de um texto, sobretudo quando emerge de sua superfície alguma conotação de obviedade, nos levando a ignorar suas armadilhas lógicas, discursivas, ideológicas, que o estruturam dando-lhe sentido contextual de realidade-mundo, colonizando de modo subliminar, sugerindo escamoteadamente estruturas e modelos. A leitura como ato educativo de autonomia intelectual na trama freireana tem como objetivo norteador subverter, depurar, examinar com paciência e diligência de espírito crítico desperto indo além do que está óbvio justaposto tecido pela pena do autor, a fim de prescindir do usual modismo simplista de leitura decodificadora e ingênua, ato circunscrito pelo fetiche sedutor da linguagem, a qual traduz uma imagem de significado dada, posta pelas palavras do autor. Em relação ao cuidado que devemos ter com as ideologias embutidas na leitura e nos discursos recorreremos a Pêcheux (2014, p. 149), que afirma o seguinte:

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de **processos discursivos** diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 1995, p.91- grifos nossos).

Correlacionando o conselho de Pêcheux à interpretação de Freire acerca do ato de ler, assevera-se que a ponderação e análise dos processos discursivos se apresentam como algo fundamental a uma leitura atenta aos processos de criação de narrativas e enredamentos em colonialidades, deixando evidente a arte de ler emancipadamente, isto é, com autonomia intelectual, tem a capacidade de nos permitir pouco a pouco captar e distinguir os elementos colonializantes de um texto, construídos consciente e, mesmo, inconscientemente pelo autor. Pois quem tece um texto, não é um “ser alado”, mas um sujeito humano contingente, fincado na realidade histórico-social, cultural, política e ideológica, elementos que de algum modo influenciam sua existência social. No entanto, não se pode ignorar que todo texto é produto de um determinado contexto sócio-cultural, o qual traz em sua tessitura e arcabouço, suas marcas, seus resquícios, e por isso é pertinente saber auscultá-lo para melhor situá-lo, decifrá-lo em suas postulações e articulações, reconhecendo aí todas as suas matrizes.

Todo texto também, é um jogo de sedução e dominação pela linguagem, signos e conceitos que o enfaixam, os quais passam pelas pulsões, afetos, desejos e instintos de quem os produz, consiste ainda em um labirinto de ideias, que estão construídas e estruturadas no mesmo, dando-lhe um sentido de compreensão, pressuposto pelo autor que o produziu.

Freire (2011, p. 41) indica que “a sua leitura do real, contudo, não pode ser a repetição mecanicamente memorizada da nossa maneira de ler o real. Se assim fosse, estaríamos caindo no mesmo autoritarismo tão constantemente criticado neste texto”. Logo, se a leitura, não levar em consideração como pré-condição a análise das idas e vindas do texto, isto é, todo o processo reflexivo do ruminar acerca das raízes do texto, o ato de ler, será uma mera formalidade pedagógica mágico-mistificadora sem nenhuma consistência prática para formar-cunhar sujeitos críticos à altura das demandas sociais.

Do ponto de vista crítico freireano, todo texto se traveste de um discurso ideológico, político, para manter um certo estado de coisas, ou pode até ser uma denúncia, um questionamento, sendo assim, ao se ler um texto, como aponta a admoestação crítica freireana, é de fundamental importância se fazer sempre uma releitura, reexame, do mesmo, para saber, o que quer e para onde quer conduzir o leitor, podendo induzi-lo a aceitar passivamente sua lógica discursiva e sofismática, para tanto enfatiza-se a descer em suas camadas mais fundas e densas, para sondar, analisar o que se oculta em suas entranhas, qual sua composição e proposta ideológica, política, social e cultural.

Entende-se nessa perspectiva que a leitura, envolve não somente uma prática intelectual de abstração, mas implica em uma densidade crítica do pensamento-entendimento, cujo o corpo designa e expressa a grande razão, imanente ao ato de ler, sem a dicotomia, entre a ação do exercício intelectual e o corpo que, como tal, fala através dos afetos, pulsões e desejos. Tanto em Schopenhauer como em Freire, o ser humano como projeto inacabado, não se reduz a substância pensante *in abstracto*, pois o ato de ler, mesmo que se ignore, é intrínseco aos movimentos sutis internos pulsionais-afetivos do corpo, os quais perpassam pelos sentidos, em que devem ser educados por uma leitura que os conduzam, a serem transfigurados como obra de arte, porquanto é um labor e desafio incomum da leitura como ato educativo de autonomia intelectual. Em Freire, a leitura exige não apenas a coisa pensante em ação, mas todo o conjunto orgânico e inseparável, pois ler o texto de caracteres evoca necessariamente a leitura do texto mundo, um binômio inseparável no ato de ler:

Desde o começo, na prática democrática e crítica, leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizados e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador (FREIRE, 2011, p.29).

E aqui o pensamento de Freire emparelha no pensamento nietzscheano que reinterpreta a filosofia de Schopenhauer levando-as às últimas consequências e fundindo as funções do corpo e as funções do espírito, amalgamando razão e sentir, amalgama que vemos não apenas na concepção de leitura em Freire, mas em toda sua construção pedagógica, epistemológica e, de modo mais amplo, ontológica.

Excelente interlocutor de Schopenhauer e, mormente, de Nietzsche, Giacóia (1995, p. 86) explica-nos que “as forças pulsionais são, portanto, energias que transitam entre a pequena a e grande razão, animando-as. Originando-se nas diversas regiões do corpo, as pulsões enunciam urgências, exigências, comandos, representações”. Assim, a leitura, como ato educativo de autonomia intelectual, não se dá a partir de uma “metafísica inteligível”, à revelia do corpo, como é de costume se acreditar, mas está em profunda fusão com as energias pulsionais vitais do corpo, como a grande razão, que se expressa em atos de leitura, e em outras vertentes de representações no contexto social, cultural, político e ideológico. A leitura, portanto como uma pulsão, uma necessidade, deve ser bem conduzida, com vistas ao desvelamento dos movimentos deletérios que lhe podem envolver.

Portanto, na medida em que o ato de ler pressupõe na postulação freireana, a autonomia educativa intelectual, para que se possa ler para além das lentes postas nos textos pelas palavras, linguagem, signos, distinguindo-se da convencional posição habitual e ingênua de se ler um texto, a alfabetização e a pós-alfabetização do sujeito social, implicam de certo, uma compreensão mais apropriada e profunda, entre a leitura do mundo, ou o contexto social, e a leitura das palavras que o texto apresenta. A este respeito Freire (2011, p. 45) salienta que:

Da mesma maneira como, deste ponto de vista, a alfabetização de adultos e a pós-alfabetização implicam esforços no sentido de uma correta compreensão do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto de quem fala e quem lê e escreve, compreensão, portanto, da relação entre “leitura” do mundo e leitura da palavra.

Essas pontuações na ótica crítica freireana são precisas e desvelam singularmente que a autonomia educativa intelectual como ato de leitura, é um labor, um exercício do “espírito” entendido como prática constante e não uma atividade esporádica, que tem seu aspecto lúdico, da alegria e do devaneio do prazer de se ler. A leitura como ato educativo de autonomia intelectual tem no seu cerne de fruição inteligível, o despertamento da força imaginativa não é somente pela via do frio lógico e denso da razão disciplinada inquiridora que compõe o ato da leitura, pois como se asseverou anteriormente, o corpo expressa seus movimentos sutis, e esses passam pelos afetos, pulsões e desejos do homem, ou mais enfaticamente do sujeito social.

Infere-se que o ato de ler, interpretar, ver, pensar, a realidade circundante, pelo viés da articulação freireana distingue-se notoriamente do ato mecânico de ler, e faz toda diferença no ato da leitura, pois requer também a maturação do entendimento, o tempo necessário para o desenvolvimento inteligível, da transição do ato de ler corriqueiro-ingênuo-mistificador do “espírito” já habituado a esse *modus* de leitura, para o ato educativo de autonomia intelectual, considerando sua peculiar distinção que os separam no exercício da atividade prática no ato da leitura. Enfim, a interpretação freireana quer enfatizar que a leitura tem importância vital, para as atividades e práticas do sujeito social, sendo de valor relevante e fundamental, para que possa compreender, pensar, avaliar e ter empatia ante a realidade-mundo onde está inserido, a fim de se situar de modo crítico, e com autonomia intelectual para intervir, mudar, e dar sentido à sua existência.

Deste modo, o sujeito pode articular um *modus* de vivência singular, que o leve a não se conformar aos paradigmas estabelecidos e normatizados pela ordem social, os quais perpassam e estão intrincados nos textos que circulam no bojo da cultura, da sociedade, no universo dos livros editados, manipulando e direcionando para uma certa leitura da realidade social, política, cultural e ideológica, encerrando um certo comportamento moral, o qual pode manter, e retroalimentar a vigência hegemônica e ideológica da ordem social.

Considerações Finais

Para iniciar estas considerações finais gostaríamos de recorrer a alguns episódios das biografias de ambos autores. Para tanto, inicialmente recorreremos às informações fornecidas por Jair Barboza (1997) em seu *Schopenhauer: A decifração do enigma do mundo*, que menciona interessante episódio que ajudou a cunhar a concepção de leitura do jovem Schopenhauer. Conta-se que o jovem Arthur, já no ensino primário, demonstrou imensa capacidade intelectual, negando-

se, em seguida, a ingressar no liceu (nível análogo ao atual ensino médio). Como sua relação com o pai era de admiração e certa cumplicidade, o pai entendeu o ponto de vista do jovem, concedendo-lhe uma viagem por vários países da Europa para que cedo “aprendesse a ler no livro do mundo” (BARBOZA, 1997, p.18). Esta experiência do Jovem Arthur Schopenhauer o levou a compor sua visão de leitura, baseada não apenas na leitura esclerosada das letras, mas, outrossim, numa leitura conjunta com o livro do mundo, leitura franca e crítica do texto-mundo.

Freire, por seu turno, para poder compreender e explicar os processos de construção de si como leitor, recorreu à sua própria biografia, narrando, ele mesmo as experiências que lhe levaram a compreender que a leitura não é apenas leitura da palavra escrita, mas leitura da *palavramundo*:

Mas, é importante dizer, a “leitura” do meu mundo, que me foi sempre fundamental, não fez de mim um menino antecipado em homem, um racionalista de calças curtas. A curiosidade do menino não iria distorcer-se pelo simples fato de ser exercida, no que fui mais ajudado do que desajudado por meus pais. E foi com eles, precisamente, em certo momento dessa rica experiência de compreensão do meu mundo imediato, sem que tal compreensão tivesse significado malquerenças ao que ele tinha de encantadoramente misterioso, que eu comecei a ser introduzido na leitura da palavra. A decifração da palavra fluía naturalmente da “leitura” do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando superpostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz (FREIRE, 2014, p.15).

Assim, se de modo geral ambas formas de leitura estão imbricadas, é importante reforçar mais uma vez o fato de que, se na leitura do texto-escrito temos que ter cautela em relação às colonialidades presentes, no texto-mundo essas cautelas devem ser redobradas, pois que o livro do mundo possui um texto muito mais fluido e sedutor que o texto escrito, o poder de colonizar no texto-mundo se potencializa pelo dinamismo com que se pode mudar um discurso, dinamismo que se torna fugidio e não se deixa apanhar em análise e, mormente, pelo fato de que

Devemos começar reconhecendo que vivemos em um mundo onde as relações entre culturas se realizam verticalmente, isto é, entre dominados e dominadores, entre colonizados e colonizadores (QUIJANO, 2012, p.340).

Ainda a respeito da importância de uma leitura de mundo atenta às colonialidades Mota Neto (2013), citando Albert Memmi, ressalta que tudo ao redor do colonizado deve ser analisado com desconfiança e cautela, porquanto “a memória que é forjada nas salas de aula não é a do próprio povo oprimido, que a história ensinada não é a sua, que os livros lidos lhe falam de um universo que em nada se parece com o seu” (p.31), instigando mais ainda a necessidade de fazermos uma leitura atenta das várias formas de textos. Deste modo, em freire a leitura crítica do mundo coaduna com o que alguns teóricos da perspectiva Pós-colonial chamam de “descolonização das mentes”, concepção que se apresenta sob a rubrica de “conscientização”, de acordo ainda com Mota Neto (2013, p. 33).

Um exemplo prático de leitura de mundo consciente e pautada numa perspectiva pós-colonial está própria desconfiança com que Schopenhauer via a concepção ideológica de nação e sua atitude reticente em relação ao nacionalismo exacerbado dos alemães, fato que mencionamos na contextualização inicial deste ensaio. Por conseguinte, no que explica Barboza (1997),

no pensamento schopenhaueriano, o essencial das coisas se encontra na vida individual, nos seus conflitos íntimos, não na abstração chamada **povo**. O interior da humanidade se revela nas biografias e autobiografias, não nas **narrativas** históricas

repletas de datas de guerra e conquista. (p.21-grifos nossos)

A leitura de mundo de Schopenhauer coaduna perfeitamente neste ponto com uma leitura pós-colonial na medida em que percebe no leito de sua própria pátria mãe, uma tendência pautada na tentativa de estabelecer padrões de poder e “superioridade”, por meio de uma ideologia, e de uma narrativa. Fato muito bem observado por Ramón Grosfogel (2012) ao asseverar que “O projeto de nação é o esforço permanente de apagar constantemente sua margem com o propósito de reificar o espaço homogêneo que se constrói com a exclusão de outros” (p.348). Projeto que, na Alemanha, materializou uma ideologia colonizante que culminou no mais nefasto movimento de exclusão que a humanidade já viu, movimento pressentido já por Schopenhauer. Por fim, Grosfogel (2012, p.348) afirma que “a ideia de nação”, tão renegada e combatida pelo filósofo alemão, “é o esforço de colocar na fronteira outros grupos para que o mito de homogeneidade se reproduza”.

Destarte, a leitura como expressão de nossa condição existencial desempenha uma motivação vital em nosso *modus* de articular e construir nossa vivência social, cultural, política e ideológica, com “outras alteridades”, a qual enriquece e veicula pelo ato de ler outros sentidos da realidade circundante.

O ato de ler bem um texto, documento, ou fato, como arte da boa leitura no sentido filológico, filosófico e histórico, tal como sinaliza a ótica crítica freireana e schopenhaueriana, tem como fio condutor, a questão do tempo e da paciência no cogitar-ruminar do espírito. Deste modo, a conjugação de ambos, tempo e paciência, são necessários para maturar uma leitura proveitosa, fértil, profunda que traduz-se em entendimento equilibrado e educativo pautado necessariamente em uma autonomia intelectual.

Com efeito, tal autonomia intelectual depende, dentre outros elementos suscitados nesta breve incursão entre os dois pensadores, da conjugação de leitura da palavra, do texto, com a leitura do mundo. Esta correlação entre leitura do texto e a leitura de mundo manifesta-se de modo latente na obra de Schopenhauer que nos utilizamos, sobretudo no que diz respeito ao pensar por si mesmo, explicando, ainda, que incluir a leitura de mundo na leitura do texto é seguir o seu mais legítimo e puro impulso de interpretação, tal como explica o próprio filósofo:

Quando alguém pensa por si mesmo, segue seu mais próprio impulso, tal como está determinado no momento, seja pelo ambiente que o cerca, seja por alguma lembrança próxima. No caso das circunstâncias perceptíveis, não há uma imposição ao espírito de um determinado pensamento, como ocorre na leitura, mas elas lhe dão apenas a matéria e a oportunidade para pensar o que está de acordo com sua natureza e com sua disposição presente (SCHOPENHAUER, 2009, p.36).

Ler o mundo em Schopenhauer seria, destarte, seguir sua própria interpretação, levando em conta todos os aspectos circunstantes que nos compõem como sujeitos. A transposição e utilização destas “circunstâncias” que nos compõem para a leitura do texto é que nos possibilitará a abertura do texto, isto é, nos possibilitará uma interpretação mais autêntica ante às imposições do texto escrito.

Com efeito, o cuidado com essa interpretação advém dos conselhos dados por Nietzsche, a quem recorreremos pela sua excelente compreensão e expansão interpretativa da filosofia Schopenhaueriana. Novamente, o exercício de leitura do texto deve agora, segundo as indicações de Nietzsche, ser uma leitura filosófica-filológica, pautada, por conseguinte, numa compreensão do texto-mundo, separando as interpretações “boas” das “más” interpretações (NUNES, 2014, p.311), isto é, diferenciando as interpretações que colaboram para a uma leitura crítica, das interpretações que reforçam ideologias e características degeneradas do texto.

Toda esta correlação e profusão de forças, operada entre a leitura da palavra escrita e a leitura do mundo, deslancham na compreensão de que a autonomia intelectual de um bom leitor advém da sinergia entre estes dois tipos de leitura, constatação afirmada incansavelmente durante a arqueologia de si que Paulo Freire realiza na obra que aqui evocamos. Para Freire (FREIRE, 2011, p.13- vide sua edição), a leitura da palavra escrita e a leitura do mundo caracteriza um binômio que não deve ser separado sem quaisquer prejuízos à leitura crítica e consciente, reiterando que:

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente

Esta correlação entre os dois distintos tipos de leitura, por sua importância e peculiaridade, exigiu de Freire a criação de uma nova palavra e a, por conseguinte, a criação de uma nova categoria: a palavamundo (FREIRE, 2011, p.9,11). Tal termo, não por coincidência, se assemelha *mutatis mutandis*, ao termo texto-mundo atribuído à interpretação nietzschiana. Logo, essa simultânea afecção entre a palavra escrita e a palavamundo deve doravante ser uma pauta fundamental na formação de leitores críticos autônomos e com a potência de, pelo ato de leitura autônoma, reescrever não só as palavras, mas sim sua realidade circunstante.

Reitera-se que a linguagem, a palavra, não expressam toda a realidade, embora sejam ferramentas importantes que o ser humano utiliza em sua apreensão para ler o mundo circundante. Essa conexão com a realidade-texto deixa evidente que o ser humano é quem denomina algo, ou alguma coisa que passa a ter uma certa representação do que exprime seu espírito pelo filtro da leitura, que inevitavelmente expressa-se pela linguagem, palavra, signos que são construção de algum modo da cultura, que o sujeito social lança mão para se relacionar com o seu contexto mundo, de forma que fica evidente que é o ser humano quem conceitua e dá significado às coisas, não podendo ser de outro modo.

Referências

- BARBOZA, Jair. **Schopenhauer: A decifração do enigma do mundo**. São Paulo: Moderna, 1997.
- CAVALCANTI, Anna Hartmann. **Símbolo e alegoria: a gênese da concepção de linguagem em Nietzsche**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIACÓIA JUNIOR, Oswaldo. **O conceito de pulsão em Nietzsche**. In: MOURA, Arthur Hyppólito de (Org.). *As pulsões*. São Paulo, Editora ESCUTA, 1995. p. 79-96.
- GROSFOGEL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial**. *Contemporânea* v. 2, n. 2 p. 337-362 Jul.–Dez. 2012
- MOTA NETO, J. C. **Paulo Freire e o pós-colonialismo na educação popular latino-americana**. *Revista Educação Online* nº 14, p.25-38, ago./dez. de 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- NUNES, Thiago G. S. **Cosmologia da Vontade de Poder: do projeto filosófico à formulação de uma concepção de vida**. In: CORDEIRO, Robson C. (Org.). *Kierkegaard, Nietzsche e Heidegger: O Pensamento Contemporâneo e a Crítica à Metafísica*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 73-117.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: Editora L&PM Clássicos, 2009.

SILVA JUNIOR, Ivo. **Nietzsche, entre a arte de ler bem e seus leitores**. São Paulo Cadernos Nietzsche, nº 35, 2014. p.17-31.

Recebido em 30 de novembro de 2018.

Aceito em 25 de março de 2019.